



A PROBLEMÁTICA ‘LUGAR/TERRITÓRIO’ NAS IMPRECISAS FRONTEIRAS DO VIVIDO

Cícero Bezerra da Silva ¹

RESUMO

O escopo do artigo é o de problematizar os horizontes do vivido pelas categorias geográficas lugar e território, e ao levar em consideração suas respectivas similitudes e diferenças, buscar compreender como as populações ribeirinhas do baixo rio São Francisco, em suas espacialidades, constroem e significam lugares-territórios, visibilizados nas vivências e nas múltiplas interações entre seus povos. Metodologicamente a pesquisa está fundamentada na revisão da literatura, sustentando-se principalmente nas categorias lugar e território e nos estudos que apresentam o rio São Francisco como referência analítica. Foram realizados ainda, como fundamento à interproteção dos fenômenos *in loco*, trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas e observações dirigidas. O rio São Francisco, como lugar, é revelado pela apropriação simbólica, pelas identidades, pelo pertencimento. É revelado também pelos laços afetivos e culturais que guardam as heranças e as tradições de modos de vida associados ao ciclo das águas, ainda muito fortemente representado nas memórias individuais e coletivas. O rio-território é apropriado cultural e politicamente. Nele estão estruturados o ribeirinho e o não ribeirinho, os “de fora”. Esse território é apropriado pelas políticas de governo, pelos grandes projetos de irrigação, por empresas de turismo e lazer, por casas e chácaras de veraneio. Assim sendo, configura-se aí não apenas um lugar, ou tão somente um território, conforma-se, pois, um lugar-território.

Palavras-chave: Lugar, Território, Apropriação, Cultura Ribeirinha.

RESUMEN

El alcance del artículo es problematizar los horizontes de lo vivido por las categorías geográficas de lugar y territorio, y teniendo en cuenta sus respectivas similitudes y diferencias, buscar comprender cómo las poblaciones ribereñas del bajo São Francisco, en su espacialidades, construyen y significan lugares -territorios, visibilizados en las experiencias y múltiples interacciones entre sus pueblos. Metodológicamente, la investigación se basa en una revisión de la literatura, basada principalmente en las categorías de lugar y territorio y en estudios que presentan al río São Francisco como referencia analítica. También se realizaron trabajos de campo, entrevistas semiestruturadas y observaciones guiadas como base para la interprotección de los fenómenos *in situ*. El río São Francisco, como lugar, se revela a través de la apropiación simbólica, de las identidades, de la pertenencia. También lo revelan los lazos afectivos y culturales que guardan las herencias y tradiciones de formas de vida asociadas al ciclo del agua, que aún están muy fuertemente representadas en la memoria individual y colectiva. El territorio fluvial es cultural y políticamente apropiado. En él se estructuran

¹ Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura (PPGEO/UFS/CNPq). E-mail: cicerogeografia016@gmail.com.



la ribera y la no ribera, los “forasteros”. Este territorio es apropiado por políticas gubernamentales, por grandes proyectos de riego, por empresas de turismo y ocio, por casas de veraneo y granjas. Por lo tanto, no hay solo un lugar, o solo un territorio, es por lo tanto un lugar-territorio.

Palabras clave: Lugar, Territorio, Apropiación, Cultura Fluvial.

INTRODUÇÃO

Para além do campo das divergências, é cada vez mais notória a necessidade de análises que possam fundamentar a interlocução entre o vivido espacial e as relações socioculturais que configuram determinadas espacialidades. As noções de lugar e território se imbricam ao vivido de modo que as significações simbólicas, biológicas, econômicas e sociais coexistem e mediam a relação entre os homens, o vivido e a cultura que destes emana.

As discussões sobre o vivido ao qual estamos problematizando incorporou as noções de território desde os últimos anos do século passado. Essa incorporação fundamenta o debate que aproxima lugar e território em um mesmo espaço. “Território é, pois um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Se inscreve, portanto, dentro do universo do espaço vivido.

Dada estas considerações, o escopo do presente texto é o de problematizar os horizontes do vivido pelas categorias geográficas lugar e território, e ao levar em consideração suas respectivas similitudes e diferenças, buscar compreender como as populações ribeirinhas do baixo rio São Francisco, em suas espacialidades, constrói e significa lugares-territórios, visibilizados nas vivências e nas múltiplas interações entre seus povos.

Para o desenvolvimento das análises, metodologicamente, a pesquisa está fundamentada na revisão da literatura, sustentando-se principalmente nas categorias lugar e território e nos estudos que apresentam o rio São Francisco como referência analítica. Foram realizados ainda, como fundamento à interpretação dos fenômenos *in loco*, trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas e observações dirigidas.

Posto isso, o artigo está estruturado em três momentos, os quais seguem esta introdução. No primeiro momento, de abordagem teórica e conceitual, discutem-se os



fundamentos materiais e simbólicos que constituem o lugar e o território. No segundo, problematiza-se a produção da espacialidade ribeirinha tanto pelo sentido de lugar quanto pelo sentido do território, contextualiza-se a existência de um lugar-território. Finalmente, se finda com as considerações finais.

É de assinalar que esse texto fundamenta-se no aprofundamento das discussões desenvolvidas no decurso da pesquisa de mestrado defendida em 2020, e nas primeiras incursões teóricas e empíricas do projeto de doutoramento em curso, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

MEDIAÇÃO SIMBÓLICO-MATERIAL NA CONSTITUIÇÃO DE LUGARES E TERRITÓRIOS

A mediação simbólico-material apresentada na constituição de lugares e territórios tem sido abordada em diversas análises, sem que uma se sobreponha ou exclua a outra. Lugar e território, enquanto constituintes da condição primeira do espaço (RAFFESTIN, 1993), refletem o vivido, a apropriação e as relações que se estabelecem pelas territorialidades.

A mediação simbólico-material do lugar pode ser notoriamente observada nas contribuições apresentadas por Tuan (2013 [1983]), Holzer (1998, 2014), Helph (2014), Marandola Jr. (2014) e Chaveiro (2014). Quanto ao território, por sua vez, destacam-se as contribuições, dentre outras, de Raffestin (1993), Haesbaert (2009), Santos (1996, 2000), Bonnemaïson (2002), Cruz (2006, 2007), Saquet (2009, 2013), Almeida (2005), Souza (2013) e Serpa (2019).

Todos esses estudos supracitados se aportam para caracterizar lugar e território em uma concretude de objetos materiais, mas também em significados, simbologias e representações sociais que significam e ressignificam o espaço enquanto produto existencial da ação humana e base de reprodução da vida. Assim, para Carlos (2007, p. 14), “o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço”. Ainda para a autora, “ele [o lugar] guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possíveis de ser apreendido pela memória através dos sentidos do corpo” (CARLOS, 2007, p. 14).

O corpo e, portanto, a ideia de corporeidade apresentada por Merleau-Ponty (1996) são elementos centrais na constituição do lugar, já que é por este que se



experiencia e se ocupa o espaço em todas as suas dimensões escalares. É pelo corpo que se desfruta de sensações, das percepções e dos sentidos que fazem ser-no-mundo. Daí se figura a assertiva de que as relações espaciais, e com elas o mundo vivido, considerado como sendo o próprio lugar, “qualifica a experiência do existir” (CHAVEIRO, 2014, p. 251).

Embora na obra de Merleau-Ponty (1996) não seja realizada menção direta ao lugar, observa-se o entendimento de que o mundo vivido apresentado pelo filósofo é constituinte do próprio lugar, que é existencial e experienciável, aproximando-se do mundo de significados [o próprio lugar] de Tuan (2013). Essa aproximação entre o lugar e o mundo vivido já foi sinalizada por Nogueira (2005, p. 13) ao discutir a necessidade de se “reaprender a ver o lugar; esta reaprendizagem se dá pelas histórias narradas por quem os vive”.

Chaveiro (2014, p. 253-254) apreende o corpo enquanto “guardador de lugares” e o lugar “enquanto guardador de relações corporais”. Isso pode se dar pelo fato de ser o corpo o instrumento canalizador da experiência com o mundo. É pelo corpo e pelas relações perceptivas e cognitivas que se expressa a consciência da existência, a partir da qual são desenvolvidas as experiências do existir e de sentir o espaço, bem como suas mediações simbólicas e materiais que justificam a construção e a representação dos lugares. Assim, “o lugar é uma edificação de ininterruptas relações, vertidas por apropriação do espaço, construídas por corporeidades em movimento” (CHAVEIRO, 2014, p. 276).

O lugar se dá pelo movimento do corpo, portanto, o movimento da vida que qualifica e dá singularidade aos lugares como um reflexo da atuação humana sobre o espaço apropriado. É nesse sentido que Relph (2014, p. 31) descreve o núcleo de significação do lugar. Para esse autor, “lugar é um microcosmos. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco”. A ideia do lugar enquanto “microcosmos” foi apresentada por Tuan (2013), para quem eles constituem centros de significados organizados e despertam afetividades, podendo ser acrescidas ou não ao longo do tempo.

Por sua vez, Holzer (1998, p. 72) apoia-se em Tuan ao considerar que o “conteúdo do lugar é o conteúdo do mundo, já que ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas [...]”. É nessa



circunstancialidade que o lugar está no mundo e o mundo está no lugar. Essa construção se aproxima do pensamento de Santos ao assinalar que:

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Ou, como afirma Maria Adélia de Souza (1995, p. 65), ‘todos os lugares são virtualmente mundiais’. [...] irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais (1996, p. 252).

A condição simbólica e cultural que arraiga a identidade no/pelo lugar e que insere o corpo no mundo envolve as relações existenciais do presente, mas, também, a memória enquanto “sedimentos” de momentos vividos, experienciados e sentidos. A esse respeito, Souza contribui ao enfatizar que:

[...] no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano, ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente com o que se passa com o conceito de território, mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados [...] (2013, p. 115).

Em continuidade e sem se desprender da mediação simbólico-material, passa-se a entender o território enquanto constituinte dessas relações, mesmo compreendendo o sentido de poder que o atravessa e o sustenta. Todavia, é fundamental evidenciar que o lugar revelado pelo pertencimento é, também, revelado pela apropriação, seja ela simbólica ou material, e isso permite que se compreendam ambas as categorias formadas e constituídas por relações de poder. Assim, se acresce mais uma vez o pensamento de Souza:

Dizer que, em se tratando do conceito de lugar, não é mais a dimensão do poder que é aquela mais imediatamente perceptível, mas sim a dimensão cultural-simbólica, não significa, porém, de jeito nenhum, sugerir que a dimensão do poder não deva ser levada em conta. Pensar assim seria cometer um rematado disparate (2013, p. 115-116).

E finaliza acrescentando que:

[...] é certo que lugares são, em geral, também territórios. Ocorre que postular que territórios e lugares frequentemente se superponham não é o mesmo que sugerir que sempre haja algo como uma correlação perfeita entre eles. {Para exemplificar o contexto entre lugares e territórios o autor apresenta o contexto da



ilha da Irlanda} Exemplo: Para muitos irlandeses, na sua maioria católicos, toda a ilha da Irlanda é um só lugar (mas com um inconveniente de que, no Ulster, ou Irlanda do Norte, a maioria é protestante...); um lugar, porém, dividido entre dois territórios: para os protestantes do Ulster, seu território, integrante do Reino Unido, é um lugar totalmente à parte, e assim deve permanecer (SOUZA, 2013, p. 126).

Ao ser revelado pelo pertencimento e pelos significados, do lugar emana o sentido de posse, de uma apropriação simbólica que o significa e que lhe é própria. Nele, estão abrigadas as experiências mais íntimas com o espaço, é onde estão assentadas as raízes ou, de outro modo, onde está a própria facticidade, e, parafraseando Santos (2000, p. 212), “o ato de pertencer aquilo que nos pertence”. Logo, o lugar é a apropriação daquilo que é mais íntimo e subjetivo e que, ainda que não seja um espaço fechado, se diferencia do lugar do “outro” em contraponto ao “meu lugar”.

Haesbaert (2012, p. 96), ao se respaldar em Lefebvre, demonstra que a dimensão do território “[...] vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. Para tanto, essa dimensão só é revelada pelas relações de interesses unívocas aos indivíduos que a constituem e que “dependem da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo” (HAESBAERT, 2012, p. 96).

Distante de ser uma dualidade conflitiva na constituição do território, esses elementos são inseridos no arcabouço do território enquanto uma teia de significados sociais geradores de identidades, pois são, também, pontos de referência em que os indivíduos encontram aporte e buscam ressignificar suas vidas pelos diferentes tipos de apropriação e de valores. Como exemplo dessa dimensão de apropriação, têm-se os territórios quilombolas e/ou indígenas, na medida em que são demarcados por e a partir de relações de apropriação que historicamente se estabelecem em um dado espaço. Essa apropriação se revela não tão somente pela posse do recorte espacial, mas pelas relações simbólicas e afetivas que foram estabelecidas no espaço e que o caracterizam e lhe dão singularidade. Tais características, de acordo com Bonnemaïson (2002, p. 120), “inscrevem-se dentro de uma visão cultural e emocional da terra, isto é, dentro de uma relação de territorialidade”.

A constituição desses territórios, mesmo embasada na existência de relações e conflitos políticos no processo de conquista e acesso à terra, remete ao mesmo tempo a um objetivo que é comum a um grupo e que possui de alguma maneira relações em



comum, sejam elas políticas, ideológicas, culturais, étnicas, etc. São essas as características que singularizam o grupo que passa a viver e experienciar em um mesmo espaço e que, com o passar do tempo, estabelece relações de territorialidade que antes não lhe ocorriam.

Consequentemente, no mesmo espaço de lutas, resistência, amor/afeição pela terra, se inscreve a identidade. Trata-se de uma identidade que é construída por objetivos que lhe são comuns, sendo caracterizada pelas trocas de experiências e por relações materiais, enfim, pela partilha de um mesmo mundo em que os significados são criados, produzidos e ressignificados. Por esse olhar se observa que esse modelo de território já não é tão somente político, mas também fonte de significados.

Destarte, por esse embasamento é possível apreender, então, a espacialidade do rio São Francisco enquanto um território apropriado por sujeitos e atores sociais – pela própria figura do Estado –, mas, também, pelas relações de pertencimento em que as práticas da vida cotidiana se efetivam.

Santos (2000, p. 96) considera que “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi”. O território é, assim, um conjunto indissociável de elementos materiais e imateriais que caracterizam, dão forma, essência e significado a uma determinada porção do espaço; um jogo de relações em que a identidade é o elemento-chave que o caracteriza – sem que, para tanto, seja uniforme e estática.

Em se tratando das territorialidades, Bonnemaïson (2002) considera que elas estão associadas ao modo como os homens se relacionam com o espaço que os circunda. Para ele, “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira” (BONNEMAISON, 2002, p. 99-100).

Aproximando-se da leitura de territorialidade apresentada pela escola francesa, Raffestin (2010, p. 15), na Suíça, pondera que as territorialidades se caracterizam por serem “um conjunto de relações materiais e imateriais”. Elas, portanto, singularizam o espaço e o mundo vivido, que são produzidos pela mediação dialética simbólico-material e que se materializam na paisagem, na apropriação do espaço, nas relações do cotidiano e nas redes estabelecidas entre lugares e territórios. Consistem, ainda, no



conjunto de símbolos que demarcam, revelam e significam determinadas porções do espaço, sem que para tanto eles – o espaço e o mundo vivido – apresentem limites fundamentalmente específicos.

É nesse sentido que as territorialidades suplantam os limites do território habitual quando percebido apenas pelo entrecruzamento de limites bem estabelecidos. As territorialidades conduzem a uma aproximação das noções de redes em que relações são instituídas entre lugares, territórios e sujeitos. Essas redes de relações constituem um espaço em que os sujeitos que o compõem possuem e desempenham funções e atividades afins, ou seja, têm características semelhantes – tanto materiais quanto subjetivas – que podem, no tempo-espaço, ser constituintes de identidades por intermediação dos significados que são atribuídos ao espaço.

É pela organização do espaço, por sua funcionalidade e pelas relações simbólicas e materiais que as territorialidades se estabelecem. Estas atribuem função e sentido ao território, muito embora possam se configurar no espaço sem a precisa constituição de um. As territorialidades enquanto relação cultural são, assim, a expressão do vivido, mas envolvem também movimento e semelhanças entre sujeitos e culturas. A esse respeito, Raffestin considera que:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (1993, p. 158).

Com efeito, se as territorialidades são concebidas pelas relações estabelecidas no cotidiano, também se concebem, em conformidade, enquanto produto da história e do tempo ou, de outro modo, produto da cultura e do enraizamento, constituindo o modo de relacionamento apresentado pelo homem no seu espaço de vivência.

PELAS FRONTEIRAS DO VIVIDO: LUGAR E TERRITÓRIO NAS ESPACIALIDADES RIBIERNHAS DO BAIXO RIO SÃO FRANCISCO

O sentido de pertencer, de ser e de estar antecipa as relações de posse e de poder e a dimensão política do território, mesmo sendo esses resultantes de um constructo simbólico-material? É possível pensar o território e as identidades territoriais à frente do



enraizamento no/pelo lugar, das relações vividas no cotidiano? Essas são algumas das indagações que fazem enveredar no que Haesbaert (2016, p. 27) chamou de “constelações geográficas de conceitos” no entorno da categoria-mestra que é o espaço.

E a dimensão espacial do rio São Francisco deve ser pensada como um território sobreposto ao lugar, ou seria o vivido o elemento-chave constituinte de um lugar-território? Nossos itinerários estão pautados na busca por essa compreensão, um caminho pensado pela práxis que se revela e é revelado no delineamento teórico, mas, principalmente, pelas percepções de sujeitos que vivem e experienciam a realidade colocada, ou seja, “os de dentro”, bem como pelas observações que se tracejam no rio São Francisco enquanto referência empírica de análise.

A valorização das percepções para esse entendimento está assentada em Merleau-Ponty (1996) ao demonstrar que a percepção reúne as experiências sensoriais e daí, também, as concepções de espaço. Ou seja, o entendimento da dimensão espacial, em variadas escalas e pelo entendimento dos “de dentro”, será pensado e estabelecido pela realidade vivida, mas também pelas revelações percebidas e expressas nas paisagens, uma vez que estas envolvem “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ que une todos os elementos” (DARDEL, 2015, p. 30).

A cultura enquanto produção humana no espaço qualifica, identifica, diferencia e afirma lugares e territórios, de modo que as formas materiais e simbólicas que se expressam nas paisagens e lhes atribuem sentido só se tornam possíveis e perceptíveis pela cultura. Assim, a valorização da cultura associada ao contexto da constituição identitária dá sentido e formas ao espaço, transformando-o em lugar, em território.

Relembrando as contribuições teóricas já mencionadas, denota-se que lugar e território são adensados por relações de pertencimento, portanto por identidades e por elementos materiais e simbólicos. Essas características estão ancoradas em Souza (2013, p. 121) ao considerar que “[...] na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios”. É fundamental perceber que, por esse mesmo modo de ver, territórios também se apresentam quase sempre como lugares. Esses lugares do território são revelados pelo mundo vivido.

Mesmo sendo o território caracterizado pelas bases econômica, biológica, social, política etc., como considerado por Bonnemaïson (2002), Fernandes (2009), Thomaz Júnior (2011), Saquet (2013), entre outros, “sua expressão mais humana identifica-o



como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura. [...] O território é, pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (MEDEIROS, 2009, p. 217-218).

O respaldo para esse entendimento pode ser percebido, mais uma vez, no exemplo dos territórios quilombolas e/ou indígenas. Estes constituem espaços demarcados por relações de poder em que o sentido de posse é o elemento mais marcante no espaço. Todavia, esses territórios resguardam a historicidade dos povos, os hábitos, os costumes, as tradições, enfim, toda a sua cultura. São espaços de aconchego, segurança e preservação dos sentidos que os fazem “ser” quilombolas, indígenas ou, ainda, ribeirinhos, sertanejos, assentados e, portanto, que os fazem ser-no-mundo e Ser-no-mundo com os outros, pois revelam o sentido da existência. São territórios marcados pelas relações identitárias e de pertencimento. Uma topofilia[2], uma geograficidade[3] os ligam ao espaço, ao mundo vivido, onde estão assentadas as experiências da vida cotidiana. Com isso, se fala não mais de um território e sim de um lugar de vida. Um lugar que se faz território. Um lugar-território.

Ao apresentar lugar e território como categorias existenciais que inserem o “ser-no-mundo”, Serpa (2017, p. 593) demonstra que ambas se engendram pelas experiências desenvolvidas com o espaço e que “deve-se estar atento às suas manifestações (e qualidades) nos modos como ocupamos e nos apropriamos do espaço, nas diferentes escalas e situações espaço-temporais”. Sua contribuição vai de encontro ao entendimento de que as noções de escala pouco influenciam na composição de lugar e território. A multiescalaridade é o elemento básico para esse desvelar categorial.

O lugar-território enquanto uma construção relacional ainda se apresenta como incipiente nas análises geográficas, principalmente quando se pensa o universo da pesquisa para além dos caminhos da teoria. Todavia, a ideia de lugar-território está presente em diversos estudos, sobretudo naqueles que buscam associação entre território, territorialidade, identidades, identidades territoriais, pertencimento, representações, poder/posse, funcional/estratégico, lugar e mundo vivido, simbólico/material, significação/ressignificação e, ainda, território-lugar.

Importantes contribuições se destacam quanto ao fato da “constelação” de lugar e território. Em particular, Santos e Almeida (2018, p. 190) se utilizam das duas categorias com vistas a apresentar e “discutir o modo pelo qual o ribeirinho dá sentido ao seu espaço”. Esses sentidos estão associados aos modos de vida, aos cheiros, às



percepções, mas também aos modos que antecedem a instrumentalização do território. Portanto, “estes [territórios] são originários na efetivação da pesca, no lazer, nas celebrações e culto aos ancestrais. Com isso territórios podem designar um território que emerge a partir dos seus lugares” (SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 207).

Assim, corrobora-se a proposição de que “o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Trata-se de um espaço em que a condição da vida se desenvolve pela satisfação das necessidades humanas. Essa premissa nos faz falar primeiro em lugar, que é expresso por valores, significados, representações etc., e, após isso, delinear os caminhos que constituem a face do território.

Antes de ser uma miscelânea de conceitos ou categorias, essa construção nos encaminha para a possibilidade de novos arranjos de leituras do espaço. Novos caminhos. Novas interpretações que se fazem e refazem por abordagens consolidadas e justificáveis, não se tratando, assim, do simples agrupamento de categorias.

À vista disso, e se aportando nos caminhos até o momento delineados, entende-se o lugar-território como a porção do espaço definida por relações de pertencimento que se produzem, reproduzem e se ressignificam no cotidiano, intermediadas por um conjunto indissociável de elementos simbólico-materiais que refletem um modo de vida específico. O Lugar-território é, portanto, multiescalar, não apresenta dimensões espaciais definidas ou específicas e é “sitiado” por sociabilidades que se revelam pelo sentimento de posse, por relações políticas e pelo poder, em diferentes níveis.

O lugar-território é, também, o espaço do enraizamento em que a memória e as identidades territoriais são preservadas e valorizadas e em que os grupos sociais encontram respaldo para o processo de preservação dos saberes, dos fazeres e da cultura enquanto processo que está sempre em mudança, em transformação. É um espaço em construção no qual o material não se sobrepõe ao simbólico – e vice-versa –, e isso não significa a ausência de conflitos, sobretudo quando se leva em consideração que o lugar-território também é mediado por elementos que constituem uma dimensão funcional-estratégica.

Essa leitura do lugar-território permite perceber que as relações sociais, políticas e simbólicas não se excluem. E o lugar, enquanto microcosmos e mundo de significados (TUAN, 2013; MARANDOLA JR., 2014; HELPH, 2014), não se isenta dos



constituintes funcionais que moldam o espaço. Dessa maneira, encaminha-se a discussão para uma possível resposta à indagação inicial ao considerar que as relações de pertencimento, os sentidos de ser e estar e a conjectura do enraizamento no/pelo lugar antecipam as relações de posse e de poder e, assim, também, a dimensão funcional-estratégica.

A resignificação do pertencer e do habitar também deve ser levada em consideração na constituição do lugar-território. Os diferentes tempos que se expressam entre um modo de vida específico, caracterizado pela cultura e pela identidade, se entrecruzam com o contraste da tecnificação do espaço, em função de projetos de desenvolvimento, de interesses diversos e, também, unilaterais.

Esses diferentes tempos não estão associados tão somente ao tempo histórico ou cronológico, mas aos diferentes ritmos pelos quais as sociedades fazem uso do espaço, se utilizam da natureza e reproduzem suas vidas, seus modos de vida. Também dizem respeito ao processo de apropriação e às relações culturais. São os tempos em que os lugares são reproduzidos e moldados. O tempo da cidade não é o mesmo dos habitantes da vila rural, do ribeirinho, do pescador e das comunidades tradicionais, por exemplo. Assim, se diferenciam os tempos do camponês e do grande produtor rural, muito embora também se entrecruzem.

Pensado como um lugar-território, o rio São Francisco constitui um espaço de contrastes (Quadro 1) entre os elementos constituintes das experiências cotidianas, de modos de vida específicos e do meio funcional-estratégico, caracterizado pela apropriação e instrumentalização do ambiente natural, que é o “palco” da vida ribeirinha.

Quadro 1: Elementos Constituintes do Lugar e do Território nas Espacialidades Ribeirinhas de Referência no Rio São Francisco

Localidades de referência	Elementos característicos do lugar	Elementos característicos do território
Lago e sopé da Usina Hidroelétrica de Xingó – SE/AL	Presença de pequenas embarcações típicas da cultura ribeirinha; pesca tradicional; territorialidades ribeirinho-sertanejas.	Empresas de turismo e lazer; territorialização do capital no rio e entre as margens; grandes projetos de desenvolvimento regional; apropriação das



		margens do rio por casas e chácaras de veraneio; presença de grandes embarcações; projetos e perímetros irrigados.
Piranhas - AL	Pequenas embarcações; territorialidades ribeirinho-sertanejas; sentimentos de pertencimento; identificação cultural com o rio e com o lugar de vivência.	Territorialização de empresas de turismo e lazer; grandes embarcações; apropriação das margens do rio por bares, restaurantes, projetos de perímetros irrigados.
Poço Redondo - SE	Identificação cultural com o rio e com o lugar de vivência; sentimento de pertencimento; práticas cotidianas associadas ao rio e ao ciclo das águas; agricultura familiar e de sequeiro; sociabilidade ribeirinha.	Esvaziamento de povoados e comunidades rurais; apropriação de margens e ilhas fluviais; conflitos por terra e água.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2020.
Elaboração: SILVA, Cícero Bezerra da, 2020.

Essa condição contrastiva e dialética é constituinte do lugar-território sanfranciscano e, em específico, do baixo rio São Francisco. Nele, o ribeirinho, os povos que ocupam o rio e suas margens, desenvolve um modo de ser e de estar que lhe é próprio, fruto da profunda interação do homem com a natureza, mas é no mesmo ambiente que as políticas de Estado, por exemplo, são implantadas, provocando alterações significativas no ambiente e na vida do próprio homem.

Outra característica desse processo é a apropriação dos recursos naturais frente às diferentes formas de uso pelos sujeitos sociais que na história recente têm enxergado o ambiente do rio e das terras adjacentes como território de políticas de planejamento e de caráter funcional e estratégico.

A circulação fluvial de modernas embarcações no rio São Francisco divide a paisagem com as chácaras e casas de veraneio entre as duas margens onde coexistem,



em um mesmo espaço, formas mais tradicionais de navegação e de pesca (Figura 2). Essa forma de apropriação do rio é revelada ainda pela ocupação das margens com estruturas de bares e restaurantes tanto nas sedes de municípios quanto nos pequenos povoados que margeiam o rio.

A esse respeito, os pequenos povoados ribeirinhos têm se destacado como pontos de apoio às práticas turísticas e ao lazer, sobremaneira aos fins de semana (SAMPAIO, 2017). É crescente o quantitativo de famílias que, ao deixarem de residir nos povoados e migrarem para as sedes dos municípios, passam a alugar as antigas estruturas/residências aos visitantes, atribuindo novos sentidos e formas a essas localidades².

Lavagem de roupas no rio São Francisco, povoado Cajueiro, município de Poço Redondo/SE



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2020

² Conforme entrevistas realizadas em comunidades e povoados dos municípios sergipanos de Porto da Folha e Poço Redondo.



Figura 2: Catamarã com uso turístico e, na margem sergipana, casas de veraneio no terraço fluvial, Canindé de São Francisco/SE



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2020.

Esses elementos integram a paisagem sanfranciscana de modo que se torna impossível pensar o rio São Francisco, seus povos, a cultura, os modos de vida e as terras de beira-rio sem essas interferências que, de forma geral, compreendem o reflexo dos grandes projetos de desenvolvimento regional e, por conseguinte, nacional.

Esses apontamentos são necessários para se delinear o entendimento de que os povos que habitam o baixo rio São Francisco convivem com esses elementos que foram impregnados na paisagem e vivenciaram e vivenciam significativas mudanças nos modos de ser ribeirinho e de estar no rio. Com efeito, o rio permanece, é o lugar do habitar, da identidade, do enraizamento, e onde o pertencimento é marcante, ora pela memória/lembranças, ora pela vida que ali se faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do respaldo teórico, buscou-se demonstrar ao longo deste artigo que a leitura do lugar-território se constitui na possibilidade de uma análise integrada das dimensões social, política e simbólica de determinadas espacialidades. Assim, argumenta-se que, mesmo sendo o território caracterizado pelas bases econômica, biológica, social, política e de apropriação, “a sua extensão mais humana identifica-o



como o lugar da mediação entre os homens e sua cultura” (MEDEIROS, 2009, p. 217-218).

Em face desse itinerário e dessa construção categorial que fazem o lugar-território, considera-se que se trata de uma interpretação entre tantas outras, um modo de ver, de fazer e de melhor entender as espacialidades que se entremeiam por sujeitos e sentidos que nem sempre são harmônicos e convergentes. O fundamento ou, de outro modo, a ideia consiste em demonstrar a coexistência de sentidos, identidades e modos de apropriação numa mesma espacialidade, no caso referido, a espacialidade ribeirinha do baixo rio São Francisco.

O baixo rio São Francisco, como espaço de referência observado pelo olhar do lugar-território, compreende duas dimensões específicas e que não se excluem: a dimensão mais simbólica e subjetiva e a dimensão material de apropriação do espaço e da natureza. Não há, pois, a possibilidade de compreender uma dessas dimensões sem se levar em consideração a presença da outra.

O rio São Francisco, como lugar, é revelado pela apropriação simbólica, pelas identidades, pelo pertencimento. É revelado também pelos laços afetivos e culturais que guardam as heranças e as tradições de modos de vida associados ao ciclo das águas, ainda muito fortemente representado nas memórias individuais e coletivas. O rio-lugar passa a ser entendido como um espaço com dimensões difíceis de serem estabelecidas, e as localidades de residência estão assentadas junto a um conjunto de elementos que compõem o lugar do ribeirinho.

Como território, o rio São Francisco compreende o espaço, que, tal como o lugar, resguarda em suas águas e terras, entre as duas margens, uma pluralidade de identidades, sujeitos e culturas. O rio-território é apropriado cultural e politicamente. Nele estão estruturados o ribeirinho e o não ribeirinho, os “de fora”. Esse território é apropriado pelas políticas de governo, pelos grandes projetos de irrigação, por empresas de turismo e lazer, por casas e chácaras de veraneio. Mas, também, é apropriado culturalmente pelos “de dentro”, uma apropriação que é simbólica e material. Assim sendo, configura-se aí não apenas um lugar, ou tão somente um território, conforma-se, pois, um lugar-território.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, [S./l.], n. 2, p. 103-114, p. 1-12, 2005.
- BENÍTEZ, Gisela Landázuri; LEVI, Liliana López. Entre el Arraigo y la Exclusión: fragmentaciones sociales, yuxtaposiciones territoriales en San Gregorio Atlapulco, México. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Territorialidade na América Latina**. Goiânia: UFG, 2009.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: elos da produção da existência. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários Teóricos Sobre a Relação Entre Território e Identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves; ARRAIS, Tadeu Alencar (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.
- CRUZ, Valter do Carmo. **Pela Outra Margem da Fronteira: território, identidades e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. L'espace Social. Lecture Géographique des Sociétés. Paris: Armand Colon, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.
- FONTES, Luiz Carlos da Silveira. O Rio São Francisco Após as Grandes Barragens. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão-SE: UFS, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói/RJ: Editora da UFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Hibridismo Cultural, "Antropofagia" Identitária e Transterritorialidade. In: BERTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo (Org.). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador: EDUFBA, 2012.



HAESBAERT, Rogério. As Armadilhas do Território. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). **Território**: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil, 2006.

HELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HOLZER, Werther. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar**: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar Enquanto Circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-228.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUÑOZ, Francesc. El Tiempo del Territorio, los territorios del tempo. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (Org.). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: EGAL, 2005.

PFAU, Luisa. Viagem Pelas Margens do Rio São Francisco. In: LUCAS, Ariovaldo Antonio Tadeu; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira (Org.). **Águas do São Francisco**. São Cristóvão, SE: UFS, 2011.

POCHE, B. La région comme espace de référence identitaire. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 42, 1983.

RAFFESTIN, Claude. Uma Concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. **Teorias e Práticas Territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Ingrid Regina da Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de. Território e Lugar: considerações sobre o viver ribeirinho no pantanal setentrional. **GeoSul**, Florianópolis, v. 33, n. 69, p. 189-209, 2018.



SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverino (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 73-95.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Apresentação. In: SCHALLENBERGER, Erneldo (Org.). **Identities nas Fronteiras**: território, cultura e história. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SERPA, Angelo. **Por Uma Geografia dos Espaços Vividos**: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Cícero Bezerra da. **Entre Margens, Terras e Gentes**: convivialidades e identidades no Sertão do Baixo Rio São Francisco. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE: UFS, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Os Ribeirinhos do Baixo São Francisco: outros sentidos de ser. *Geograficidade*, v. 10, n. 1, p. 58-75, 2020.